

nesta temática, sua atualidade está no diálogo que se pode travar em torno das questões que moveram o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, procurando entender até que ponto as propostas atuais significam avanços ou repõem perspectivas e experiências superadas.

Amália Dias

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora substituta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).
E-mail: amaliadias@gmail.com

Marcos César de Oliveira Pinheiro

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor de história na rede municipal de ensino de Rio das Ostras (RJ). *E-mail: mcezarufrj@uol.com.br*

SOUZA NETO, João Clemente de; SILVA, Roberto da; MOURA, Rogério Adolfo (Orgs.). *Pedagogia social*. São Paulo: Expressão e Arte, 2009. 324p.

Pedagogia social no Brasil: antecedentes, inspirações, *statu quo* e tendências

Indistinta, inconclusa e indébita ciência, cujo objeto é o homem em coatuação com seus pares. Assim é a pedagogia social na primeira obra brasileira encarregada de introduzir seu percurso histórico e evolutivo, suas raízes teórico-metodológicas, suas áreas de atuação e de expansão e, em especial, seu potencial perante desafios socioeducacionais que reverberam nos quarteirões à margem das (des)calçadas escolas do mundo. Intitulada *pedagogia social*, a obra congrega 18 autores,

nacionais e estrangeiros, interessados em compartilhar suas vivências, seus estudos e seus encaminhamentos para a Educação em/com/da e para a sociedade.

Interessante notar que estes 18 autores se conhecem, mantêm relações acadêmicas e trabalhos em conjunto, configurando o que Thomas S. Kuhn (2000, p. 221)¹ conceitua como comunidade científica.

Com indícios de nascimento que remontam à Grécia Antiga, a pedagogia social, cujas práticas talvez sejam mais reconhecíveis no Brasil na égide da educação não formal, dos movimentos sociais, das organizações não governamentais e dos programas e projetos sociais públicos e privados alimentam expectativas de possibilitar outra educação que intervenha, satisfatoriamente, nos problemas educacionais resultantes das radicais mudanças da contemporaneidade. Assim, a pedagogia social enquanto práxis direciona atos educativos para o contexto social, o que torna, segundo uma das autoras, Sanna Ryyänänem, a investigação das características de cada contexto o pré-requisito para implementar uma intervenção sociopedagógica.

Resultante do projeto de pesquisa “Recuperação de fontes seriais para a historiografia da criança institucionalizada”, subsidiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), esta obra evidencia as categorias e variáveis centrais na concepção de pedagogia social, cuja origem remonta a da pedagogia institucional como prática das instituições totais. Com base em criteriosa seleção

¹ KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

de textos e conferências apresentados nos I e II Congresso Internacional de pedagogia social, somados a artigos escritos com vistas a essa edição, a obra em questão, não obstante a declarada ausência de unidade teórica e conceitual, traz um panorama da terminologia, do campo de trabalho, do perfil do profissional e da profissão em países europeus e latinos. Para tal, a coletânea está organizada em cinco partes.

Na primeira, oito autores estrangeiros: Hans-Uwe Otto, Bernd Fichtner, Geraldo Caliman, Sanna Ryyänänem, Manuel Loureiro, Steven Casteleiro, Susana Torio López e Jorge Camors, delineiam a tessitura da pedagogia social em seus países, a saber: Alemanha, Itália, Finlândia, Portugal, Espanha e Uruguai. Suas reflexões e resgates históricos são também oportunos para entender o quanto a própria história do Brasil é marcada, sociopedagógicamente, pelas abordagens interventivas da pedagogia social. Apesar de os organizadores da obra vislumbrarem a legitimação da pedagogia social enquanto profissão no Brasil, Hans-Uwe Otto, teórico renomado da pedagogia social contemporânea e primeiro parceiro do Brasil na Alemanha, entende que sua prosperidade não está diretamente atrelada à existência de uma profissão dedicada a ela e sim a uma maneira de pensar e a um campo de estudo. O fato é que no Brasil talvez essa luta seja realmente necessária, vez que temos milhares de brasileiros laborando em intervenções pedagógicas no social em diversas áreas – dentre elas artes, cultura, saúde, meio ambiente, direitos humanos – sem ter seu trabalho regulamentado, reconhecido e justamente remunerado como profissão e muito menos como área de formação inserida na educação básica ou superior. Não obstante esse e ou-

tos dissensos, os autores da coletânea comungam do entendimento de que a pedagogia social pode contribuir para (re)edificação de uma sociedade em situação de vulnerabilidade.

A segunda parte da obra volta o seu olhar para o contexto brasileiro. Certos pontos, quais sejam, referências às experiências e teorias estrangeiras da pedagogia social, fronteiras e frentes da educação escolar e da educação social e arestas reais e almejadas para a pedagogia social no Brasil, são recorrentes em todos os textos. Nessa seção, são problematizadas questões sobre: 1) o trabalho realizado nos vários campos de atuação da educação não formal, da educação comunitária e da educação popular; 2) a imprescindibilidade da educação social em razão da exclusão social de indivíduos das condições mínimas de sobrevivência; 3) as limitações da política educacional e da educação escolar no que tange a lidar com os problemas da educação no país; 4) o esboço de uma proposta de pedagogia social vinculada a uma vertente libertadora; 5) a articulação entre a educação social e as diversas acepções de participação; 6) as implicações da Constituição Federal de 1988 e do Código de Menores, bem como da Doutrina de Proteção Integral, introduzida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e 7) a experiência da Alemanha na consolidação da legislação, assistência e formação de mão de obra especializada formada pela pedagogia social.

Com o firme propósito de ajudar a (re)afirmar os campos de atuação, de formação e de pesquisa da pedagogia social no Brasil, os organizadores da coletânea exemplificam, na terceira parte da obra, a educação; a infância e adolescência; a juventude;

o sistema penitenciário; e o terceiro setor, organizações não governamentais, projetos, programas sociais e as áreas prioritárias para a intervenção da pedagogia social no país. Para a área de educação, os organizadores apontam, dentre outras, a necessidade de ampliar o leque de formação do futuro pedagogo nos atuais cursos de pedagogia, com vistas a responder aos seguintes desafios: 1) otimizar o currículo a fim de formar profissionais capazes de trabalhar com a complexidade dos problemas sociais recorrentes no processo de ensino-aprendizagem; 2) implementar oportunidades para a capacitação e o aperfeiçoamento profissional; 3) ajudar na implantação de creches, pré-escola e escola em tempo integral, sendo necessário, para isso, definir o papel da educação tida como não formal em relação à educação formal; 4) fornecer meios e agentes para executar as seguintes legislações: Constituição Cidadã, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Lei de Execução Penal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Além disso, eles apontam as implicações do descaso para com a função social da escola pública brasileira, que não prepara seus profissionais para dar conta de novas atribuições. Quanto à área da infância e adolescência, os autores, ao reconhecer o potencial do ECA no que concerne às suas medidas de proteção e socioeducação, criticam a falta de execução das mesmas. Para a juventude, julgam importante a criação de uma proposta e de uma instância para abarcar os problemas sociais decorrentes dessa faixa etária, a saber, 15 a 24 anos. No que tange ao sistema penitenciário, é questionada a qualidade da formação dos mediadores dos obje-

tivos da educação com os da pena e da prisão, e, para a última área, delegam a urgente necessidade de regularizar a formação e a profissão dos trabalhadores dessa área.

Na penúltima parte da obra, os organizadores propõem soluções para alguns dos questionamentos que emergem das partes anteriores: a impropriedade do termo educação não formal para designar as práticas de educação popular, social e comunitária; a fragmentação epistemológica das áreas do conhecimento e de suas respectivas ações e políticas; e a confusão conceitual na aplicação da terminologia “educador social, popular e comunitário”. Essas soluções situam a pedagogia social como teoria geral da educação social, bem como define a pedagogia escolar e a pedagogia social como áreas de concentração de uma área do conhecimento, as ciências da educação, as quais se distinguem, não por uma suposta relevância, e sim pelo espaço e contexto de intervenção. Na mesma linha, os organizadores esboçam tanto uma proposta de curto, médio e longo prazo para as áreas de formação da pedagogia social nos níveis técnico, de graduação e de pós-graduação *lato e stricto sensu*, quanto linhas de pesquisa que abranjam os domínios sociocultural, sociopedagógico e sociopolítico.

Na última parte, por sua vez, os organizadores disponibilizam cinco marcos normativos da pedagogia social, quais sejam: Declaração de New York, Declaração de Barcelona, Declaração de Montevidéu, Carta da Pedagogia Social e Código Deontológico da Profissão de Educador Social em Portugal. Em linhas gerais, as idéias de tais documentos reiteram o desejo dos autores da coletânea de enraizar a pedagogia social no mundo.

Destemidos diante das correntes e prospectivas dificuldades de adentrar a pedagogia social nos departamentos de ensino e pesquisa das universidades, assim como nas políticas públicas não assistencialistas, as quais constituem as únicas esferas brasileiras que resistem a respirar a imprescindibilidade da pedagogia social enquanto ciência e profissão, os organizadores e colaboradores desta coletânea desafiam todos a investigar, investir e incentivar o calçamento de uma ciência da educação que, afinal, “é de todos e por todos”, nas palavras da professora Maria Figuera, citada na obra por seu pioneirismo na pedagogia social espanhola.

Daniella de Souza Bezerra

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, doutoranda em educação na Universidade de São Paulo.

E-mail: daniellabezerra@usp.br

BOSI, Alfredo. *Ideologia e contraideologia: temas e variações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 448p.

Ideologia (e contraideologia), utopia e mitologia: abordagens e discussões teóricas

A ideologia [...] não é reflexo do vivido, mas um projecto de agir sobre ele. Para que a acção tenha qualquer possibilidade de eficácia, é preciso que não seja demasiado grande a disparidade entre a representação imaginária e as “realidades” da vida. Mas a partir daí, se o que se diz e o que se escreve é entendido, novas atitudes cristalizam e vêm modificar a forma pela qual os homens compreendem a sociedade de que fazem parte. (Duby, 1994, p. 21)

Deste modo, Georges Duby (1919-1996), em seu livro *As três ordens*, distinguia o que estaria entendendo por “ideologia” (e “sistemas ideológicos”) em sua pesquisa, ao mesmo tempo em que tomava certa distância quanto à maneira pela qual o termo fora definido no marxismo, como “uma falsa consciência da realidade”, fruto da vontade das “classes dominantes”, que impunham suas formas de agir e pensar às massas, sem que estas ao mesmo tempo tivessem vontade ou decisão, pois, se encontravam apáticas no interior do sistema, em função do efeito das ideologias em suas mentes. Adiante, o autor indicará ainda que: “Os sistemas ideológicos não se inventam. Existem, difusos, aflorando apenas a consciência dos homens. Nunca imóveis. Elaborados na memória dos homens, intrinsecamente, através de uma lenta evolução, imperceptível, mas cujos efeitos se descobrem de longe em longe, efeitos que no conjunto se deslocam e que podemos reconstruir” (Duby, 1994, p. 81). Dado que as ideologias só se conformam na realidade, quando se assemelham a ela, e na medida em que sua repetição, sobre os corações e as mentes das pessoas, estabeleça-se mediante uma relação entre grupos e indivíduos, e essas relações se cristalizem em novas atitudes na sociedade, esta não seria apenas um reflexo deste vivido, mas uma acção direta sobre ele.

Mais preocupado com seu itinerário no interior do pensamento marxista, Leandro Konder (2002) procurou analisar de que modo o termo foi pensado antes e depois de Karl Marx (1818-1883), e a quais desdobramentos (nos campos da política, da arte, da história, da linguagem, da ética, da psicanálise) o conceito (de ideologia) perpassaria no século passado. Para ele:

Não existe imunidade contra a acção sutil da ideologia: ela pode se

manifestar tanto na percepção sensível como na análise e na reflexão; pode aparecer tanto na pretensão à universalidade como na resignação à particularidade. O pensamento pode se perder tanto na abstracção como na empiria. A sensibilidade pode falhar sendo intensa ou enfraquecida. [...] O empenho desmistificador é valioso, mas não garante a eficácia da desmistificação. [...] A questão da ideologia, quando é reconhecida e enfrentada, exacerba a desconfiança e relativiza os conhecimentos constituídos. Isto é, com certeza, profundamente necessário para o avanço do conhecimento. Mas, para complicar mais as coisas, a distorção ideológica pode se infiltrar na própria desconfiança ou mesmo na relativização. A exacerbação da desconfiança e o exagero da relativização podem acarretar certo esvaziamento no esforço do conhecimento, certa desmobilização na práxis. A ideologia pode estar no excesso como na insuficiência; no que falta como no que sobra. (Konder, 2002, p. 257-259)

Por que, onde “há conhecimento há ideologia” e onde “há ideologia há algum conhecimento” (p. 259).

De “instrumento de interpretação da vida intelectual, por meio da análise da experiência e da esfera dos sentidos” (a que Destutt de Tracy a conferiu) à “falsa consciência” da realidade (como a definiu Marx e Engels, em *A ideologia alemã*), até “visão de mundo” e “estilo de pensamento” (como a interpretou Karl Mannheim, em *Ideologia e utopia*), a ideologia tem feito um itinerário confuso, turbulento e arredio. Seja para o estudioso que tenha sua base teórica no marxismo ou não (como já vimos). Por suas estreitas ligações com os jogos do poder e da política o termo tem caído, cada vez mais, em desuso no vocabulário